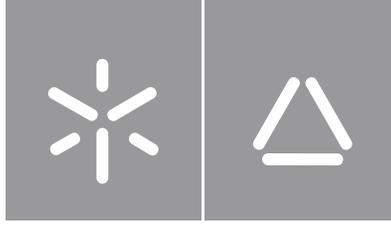


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Aurora Catarina Melo Mendo

**A preservação digital como instrumento  
para a divulgação do património documental  
cultural do Surrealismo Português:  
o caso da Fundação Cupertino de Miranda**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Aurora Catarina Melo Mendo

**A preservação digital como instrumento  
para a divulgação do património documental  
cultural do Surrealismo Português:  
o caso da Fundação Cupertino de Miranda**

Projeto de Mestrado  
Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro**  
e da  
**Professora Doutora Ana Lúcia Silva Terra**

## Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A licença que determina as condições de utilização do trabalho concedida salvaguardando os respetivos direitos de autor:



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Agradecimentos

Começo por agradecer aos professores que me acompanharam ao longo de todo o mestrado, e que compartilharam os seus conhecimentos, que me permitiram adquirir as ferramentas de competências necessárias para produzir este trabalho.

Agradeço em particular ao Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, pelo acompanhamento, e por, apesar da inconstância, me ter permitido concluir esta etapa.

Agradeço em especial à Professora Doutora Ana Lúcia Silva Terra pela co-orientação, pela instigação e questões sempre pertinentes que fizeram com que este trabalho fosse melhorando, e mais uma vez, apesar da inconstância do processo, sempre se mostrou disponível para auxiliar, esclarecer e apoiar, até mesmo quando se desvanecia a vontade de terminar este percurso.

Agradeço à Fundação Cupertino de Miranda, por me permitir que usasse o meu trabalho como referência, aos meus colegas, e em particular à Marlene Oliveira, pelo apoio e abertura para que concluísse este projeto.

Agradeço ao Gil, o apoio, as horas de leitura, e a presença sempre necessária.

Agradeço aos meus pais, irmãos e amigos por me firmarem no meu trajeto, mesmo quando os tempos eram de ausência.

Agradeço a todos aqueles que de algum modo contribuíram para o desenvolvimento e conclusão deste propósito.

## **Declaração de integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

«Conhecer não é um simples acto intelectual ou racional, restrito à área da existência: é um movimento de toda a energia viva que em nós se desenvolve.»

Teixeira de Pascoaes, *Aforismos*

## Resumo

### **A preservação digital como instrumento para a divulgação do património documental cultural do Surrealismo Português: o caso da Fundação Cupertino de Miranda**

Preservar é cada vez mais relevante no contexto cultural das sociedades. Reconhecendo a importância que a preservação e o acesso à informação possuem destaca-se como é que no caso da Fundação Cupertino de Miranda, de Vila Nova de Famalicão, a digitalização da documentação dos acervos dos quais é detentora é uma ferramenta que contribui para este fim, preservar a cultura e permitir o acesso.

Este projeto enquadra as questões de cultura, memória e preservação digital. Tem um enfoque no movimento surrealista intimamente relacionado com a proveniência dos acervos documentais apresentados. Destacam-se alguns projetos e diretrizes que demonstram o pendor cada vez mais digital de que as sociedades necessitam. São cada vez mais profícuos os objetivos que rumam à digitalização como forma de preservação, disseminação e acesso ao património cultural.

**Palavras-chave:** Património Cultural, Informação, Fundação Cupertino de Miranda, Acervos documentais, Digitalização, Preservação Digital

## Abstract

### Digital preservation as a tool for the dissemination of the cultural documentary heritage of Portuguese Surrealism: the case of the Cupertino de Miranda Foundation

Preserving is increasingly relevant in the cultural context of societies. Recognizing the importance that preservation and access to information have, we highlight how in the case of the Cupertino de Miranda Foundation, Vila Nova de Famalicão, the digitization of the documentation of the collections it owns is a tool that contributes to this end, preserving culture and allowing access.

This project frames the issues of culture, memory, and digital preservation. It has a focus on the surrealist movement closely related to the provenance of the documentary collections presented. We highlight some projects and guidelines that demonstrate the increasingly digital inclination that societies need. The goals towards digitalization as a way of preservation, dissemination and access to cultural heritage are increasingly fruitful.

**Keywords:** Cultural Heritage, Information, Cupertino de Miranda Foundation, Documentary Collections, Digitalization, Digital Preservation

# Sumário

<b>DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>II</b>
<b>DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VI</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>VII</b>
<b>SIGLAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE IMAGENS .....</b>	<b>X</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>2</b>
<b>ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>2</b>
1.1. OBJETIVOS .....	2
OBJETIVOS GERAIS.....	2
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	2
1.2. METODOLOGIA .....	3
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>4</b>
2.1. PATRIMÓNIO E CULTURA.....	4
2.2. MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO.....	6
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>9</b>
3.1. A INFORMAÇÃO E OS SERVIÇOS .....	9
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>12</b>
<b>O CASO DA FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA (FCM) .....</b>	<b>12</b>
4.1. A FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA .....	12
4.2. SURREALISMO, CORRENTE ARTÍSTICO-LITERÁRIA.....	14
4.3. TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DOS ACERVOS.....	18
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>20</b>
5.1. PRESERVAÇÃO DIGITAL .....	20
5.2. PROJETOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DIGITAL.....	23

5.3. DIGITALIZAÇÃO NA FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA .....	25
5.4. DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS.....	27
5.5. DOCUMENTO / OBJETO DIGITAL(IZADO).....	29
5.6. VANTAGENS DA DIGITALIZAÇÃO .....	31
5.7. LIMITAÇÕES E ENTRAVES.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>FONTES DE INFORMAÇÃO .....</b>	<b>37</b>

## Siglas

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPS – Centro Português do Surrealismo

DeItCI – Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da informação

DRCN – Direção Regional da Cultura Norte

FCM – Fundação Cupertino de Miranda

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas)

JPG / JPEG - Joint Photographic Experts Group (Grupo Conjunto de Peritos Fotográfico) é um formato de ficheiro de imagens.

PDF – Portable Document Format (Formato de documento portátil)

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

## Lista de imagens

<b>Imagem 1</b> - “Os surrealistas”: Henrique Risques Pereira, Mário Henrique Leiria, António Maria Lisboa, Pedro Oom (sendado), Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas, Carlos Eurico da Costa e Fernando Alves dos Santos. Junho de 1949. ....	<b>16</b>
<b>Imagem 2</b> – Sistematização do processo de digitalização e integração no software de descrição .....	<b>26</b>
<b>Imagem 3</b> – Processo de pesquisa de informação nos acervos.....	<b>27</b>
<b>Imagem 4</b> – Relevância da informação contida no documento consultado em formato digital	<b>28</b>
<b>Imagem 5</b> – A pluridimensionalidade do objeto digital. ....	<b>30</b>

## Introdução

A partir de um trabalho desenvolvido ao longo de vários anos, este é um projeto no âmbito do tratamento e digitalização documentais da informação constante nos acervos de dois autores surrealistas portugueses, Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas. O objetivo central deste projeto é demonstrar de que modo a digitalização é uma ferramenta que possibilita a preservação sem impedir a sua divulgação e apropriação por parte dos utilizadores. Partindo do conceito de preservação digital, demonstra-se de que forma este se torna um instrumento para a divulgação do património documental cultural, tendo por base o caso da Fundação Cupertino de Miranda (FCM) e o Surrealismo Português.

Há um cruzamento das áreas do património cultural com a área da Ciência da Informação, cujo estado da arte relevante para o projeto vai sendo apresentado ao longo dos capítulos 2 e 3, considerando-se ainda a parte inicial do capítulo 5.

Para uma compreensão do projeto e dos conceitos subjacentes a este desenvolvimento consideram-se quatro pontos exploratórios e um ponto prévio de apresentação metodológica com os objetivos e metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto

Num segundo ponto, relacionam-se os conceitos de património e de cultura, e ainda de memória e preservação, de modo a fundamentar teoricamente estas relações com os pontos seguintes.

Numa terceira parte, apresentam-se os conceitos de informação e de serviços, no sentido de apresentar a relevância do conceito de informação para explicitar o propósito de um serviço de informação enquanto espaço de promoção cultural.

No quarto capítulo, é feita a apresentação da instituição na qual se desenvolveu o projeto, assim como, da corrente artístico-literária que a tornou um espaço de referência, o Surrealismo, os autores representados a partir dos seus acervos e quais as tipologias documentais mais relevantes existentes nestes conjuntos documentais.

No último capítulo, cujo cerne é a preservação digital, é feita uma contextualização sugerem-se alguns casos de projetos de digitalização portugueses, segue-se a apresentação do caso da FCM, o modo como se potencia em parte a desmaterialização de processos, passando pela definição de documento e objeto digital; apresentação das vantagens da digitalização e os entraves e limitações relacionados com o caso da FCM.

Termina-se com algumas considerações finais sobre o projeto desenvolvido.

# Capítulo 1

## Enquadramento Metodológico

### 1.1. Objetivos

#### Objetivos Gerais

O presente estudo pretende demonstrar de que modo é que a preservação digital é, atualmente, uma condição fundamental para a disseminação e salvaguarda e preservação do património cultural.

Outro objetivo deste trabalho é divulgar o património documental surrealista português que consta do acervo da Fundação Cupertino de Miranda.

A par dos anteriores, propõe-se como objetivo genérico deste projeto produzir respostas a questões relacionadas com o património e a preservação e disseminação da memória cultural através da digitalização.

#### Objetivos específicos

Os objetivos específicos passam por relacionar a questão da preservação digital no âmbito da cultura e património, abordar a questão da memória como fator crucial no desenvolvimento da preservação, e perceber como a preservação é um modo de permitir a consolidação da memória na sociedade.

Evidencia-se importante demonstrar como os serviços de informação atuam enquanto meio de mediação e divulgação do património cultural e documental.

Para o caso, é relevante contextualizar a questão do surrealismo, particularizando o caso português, apresentando genericamente as tipologias documentais existentes no fundo geral da biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda e do Centro Português do Surrealismo, para que se possa expor a importância da preservação de acervos documentais, com enfoque na questão da digitalização como fator central.

## 1.2. Metodologia

Relativamente à metodologia utilizada a mesma centrou-se no levantamento bibliográfico sustentado de acordo com as temáticas a desenvolver no projeto, com recurso a catálogos de bibliotecas, bases de dados científicas, portais institucionais, permitindo fazer o levantamento das obras adequado à apresentação do estado da arte.

A par disto, a participação e observação diretas no projeto prático de digitalização da documentação apresentada no estudo de caso permitiu a recolha dos dados relevantes e exposição dos procedimentos utilizados pela instituição neste processo de digitalização.

Ao longo de todo o trabalho houve, em simultâneo, uma análise documental que permitiu ajustar a contextualização teórica de acordo com o levantamento bibliográfico recolhido e relacionado com os aspetos mais práticos do caso proporcionados pela experiência direta no projeto, que envolveu não só a digitalização como o estudo e tratamento prévio da documentação contida nos acervos.

## Capítulo 2

### 2.1. Património e Cultura

Para enquadramento do trabalho, recorre-se à ligação entre património e cultura, de um modo muito resumido pode-se dizer que o património é o conjunto de bens, materiais ou imateriais, legitimados pela sua importância. Assim, recorre-se à seguinte asserção, de acordo com a Lei de Bases do Património Cultural:

«o património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, que assim assegura a transmissão de uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.» (DRCN 2018)

Tendo em conta a complexidade do termo, e dificuldade em encontrar uma definição congregadora, tenta-se resumir aquilo que se entende como cultura, de modo a abranger as vertentes necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

Relativamente a esta questão de cultura Edgar Morin refere:

“A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana, cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras): por outro, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). É um capital de memória e de organização, como é o património genético para o indivíduo. A cultura dispõe, como o património genético, de uma linguagem própria (mas muito mais diversificada), que permite a rememoração, comunicação, a transmissão deste capital de indivíduo para indivíduo e de geração em geração.

O património hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o património cultural herdado está gravado, em primeiro lugar, na memória dos indivíduos, (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura e nas artes. Adquirida em cada geração, a cultura é continuamente regenerada. Constitui o equivalente a um Genos sociológico, ou seja, a um engrama-programa, que garante a regeneração permanente da complexidade social.” (Morin 2003, 159)

Resumindo, Morin refere que a cultura é uma manifestação de questões técnico-cognitivas e éticas da sociedade humana, que se tornam quase intrínsecas aos indivíduos, tal como na genética, sendo que a transmissão cultural é feita pela hereditariedade gravada através da

memória dos indivíduos que se renova continuamente a cada geração e regenera a complexidade social.

Assim, assume-se que a cultura é o conjunto de características que distinguem grupos de indivíduos entre si, estes indivíduos e grupos são membros de uma sociedade que partilham o mesmo tipo de características. A evolução cultural de uma sociedade é desenvolvida e afirmada quando os indivíduos e a sociedade investem numa abordagem relevante e geral que envolve a compreensão, valorização, salvaguarda e transmissão dos aspetos culturais que a compõem. Podemos associar-lhe a ideia de criação de identidade e desenvolvimento económico, sendo que atualmente, uma das formas mais efetivas de potenciar a cultura, é através da salvaguarda e promoção do património, recorrendo em particular à atividade económica, o turismo.

No entanto, não podemos descartar a importância do indivíduo na sociedade, deste modo, é necessário que os indivíduos e as sociedades estejam envolvidos e desenvolvam competências de compreensão dos fenómenos culturais e da importância dos mesmos. Além da atividade económica, verifica-se que os sistemas tecnológicos de informação são, cada vez mais, determinantes na forma como a cultura é desenvolvida e apreendida pelos indivíduos e consequentemente pelas sociedades.

“Os sistemas tecnológicos produzem-se socialmente e a produção social é determinada pela cultura. (...) A cultura dos produtores de Internet deu forma a este meio. (...) A cultura da internet é a cultura dos seus criadores.” (Castells 2007, 55)

A Internet é hoje vista como uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento económico e cultural, mas para tal é necessário que a informação esteja disponibilizada em formato digital, devidamente tratada e com metadados credíveis e fiáveis. Só assim poderá ser uma ferramenta útil na divulgação, mas também na preservação da memória das sociedades e da cultura.

Tendo em consideração a relação estabelecida entre cultura e património, destaca-se a importância que as instituições estatais e europeias passam a dar a estas questões, tendo sido exemplo disso o ano de 2018.

O ano de 2018 foi de particular importância para a questão patrimonial dado que foi o Ano Europeu do Património Cultural, iniciativa da União Europeia sob o slogan “Património: onde o passado encontra o futuro”.

Foi a primeira vez que esta temática foi celebrada e o principal objetivo passou por atrair a atenção para os papéis da cultura e património como referências transversais para todos os sectores da sociedade, com particular destaque para o desenvolvimento social e económico. Houve um grande propósito de promover a diversidade, o diálogo intercultural e coesão social, de modo a motivar os cidadãos para os valores comuns europeus.<sup>1</sup>

Verifica-se, assim, que o desenvolvimento deste tipo de projetos de âmbito cultural é importante, pois auxilia o processo de transmissão e promoção de valores a partir do valor patrimonial próprio que cada Estado-membro da União Europeia tem. Estes valores fomentam a diversidade e multiculturalidade, promovendo o diálogo intercultural que potencia o aumento da coesão social, pois os indivíduos passam a ter noção de si mesmos, da sua cultura e dos seus valores que podem ser partilhados por culturas diferentes.

## **2.2. Memória e Preservação**

É importante que se aborde a questão da memória pois aquilo que definimos como património cultural não está dissociado desta questão.

Segundo Fentress e Wickham (1992, 17) a memória divide-se em dois segmentos, um serve para acumular os factos e conservar os conhecimentos, denominada de objetiva, e outro que inclui a informação e os sentimentos que nos integram enquanto seres humanos através do registo de experiências na consciência, denominada de subjetiva. Os mesmos autores referem que somos aquilo de que nos lembramos, no sentido em que a forma de apresentação das memórias, das identidades pessoais e coletivas dependem do modo como as memórias e ideias estão ordenadas e estruturadas nos indivíduos que as veiculam e comunicam de acordo com os seus princípios. (Fentress e Wickham 1992, 20). Isto quer dizer que a memória é determinada pelas intenções e predisposições dos indivíduos que recordam e não é apenas um reflexo do conteúdo recordado. (Fentress e Wickham 1992, 53)

Como se referiu anteriormente, as ideias de Fentress e Wickham são corroboradas por Morin, e justificam o destaque neste fator relativamente a este projeto, dado que sem memória não se justificam a salvaguarda e preservação da cultura, e conseqüentemente da materialização desta através do património.

---

<sup>1</sup>(Ano Europeu do Património Cultural 2018)

De modo a compreender como se associa a memória à preservação e ao campo da ciência da informação recorre-se à seguinte definição do conceito de Memória Orgânica, proposta pelo DeltCI<sup>2</sup>:

MEMÓRIA ORGÂNICA: Engloba a pessoal e a institucional e consiste na capacidade de acumular INFORMAÇÃO em condições de uso imediato. No caso da memória institucional ou externa ao ser humano as condições de uso fácil e rápido pressupõem as técnicas de descrição (inventariar e catalogar) e de criar classes lógicas (classificação) e descritores (indexação e elaboração de thesaurus) que possibilitam uma recuperação fina e exaustiva do conteúdo (informação). Não há memória sem PRESERVAÇÃO, mas esta só se justifica por critérios internos, ou seja, que decorrem da atividade e das necessidades orgânico-funcionais do produtor/recetor.

Destaca-se no âmbito deste projeto a memória orgânica pessoal, tendo em conta que abordar-se-ão os arquivos e bibliotecas pessoais de Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas. Embora a definição anterior seja bastante direcionada para o âmbito arquivístico, os processos de descrição e recuperação da informação que permitem o uso imediato, e descritos na citação, são replicados no serviço da biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda.

Da definição de Preservação<sup>3</sup>, deste mesmo dicionário, importa destacar que preservar implica a **possibilidade de renovar a utilização e o impedimento de deterioração**, através da aquisição, organização e distribuição de recursos, assim como, a “intencionalidade orgânica de preservar para usar face a necessidades e imperativos orgânico-funcionais vários” do serviço de informação.

---

<sup>2</sup> (DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação 2019)

<sup>3</sup> Preservação: Anda associada ao conceito de Conservação, com uma nuance mais política vincada no último quartel do séc. XX: conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação de documentos. V. tb. Conservação 2 - Conjunto de medidas de intervenção sistemática e direta nos documentos com o objetivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas dos suportes (Dicionário de terminologia arquivística, 1993: 76 e 23-24). Paul Conway esclarece, a este propósito, que durante muito tempo esses termos foram usados como equivalentes, mas hoje preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos, a fim de impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais (CONWAY, 1997:6). Difere, embora seja complementar, de Restauro que é o conjunto de técnicas utilizadas para a recuperação dos suportes e/ou eliminação dos danos causados na documentação pelo tempo, uso ou outros fatores. Implica intervenção e tratamento do documento (Dicionário de terminologia arquivística, 1993: 87). Na ótica da CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO preservação implica três planos distintos: a conservação e o restauro do suporte, sendo este plano dominado pelo contributo das Ciências Naturais com suas técnicas e procedimentos testados e padronizados, gerando-se potenciais estratégias interdisciplinares; a adoção de medidas de gestão (políticas públicas) através de legislação e de organismos regulamentadores e fiscalizadores; e a intencionalidade orgânica de preservar para usar face a necessidades e imperativos orgânico-funcionais vários. Só este terceiro plano entra no objeto de estudo próprio ou exclusivo da Ciência da Informação e liga-se a outros tópicos fundamentais como a MEMÓRIA ORGÂNICA, a ORGANICIDADE e o SISTEMA DE INFORMAÇÃO. (DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação 2019)

A memória é um dos elementos fundamentais na questão da preservação da informação, dado que há uma relação intrínseca entre memória e informação, sem memória não se gera nem transmite informação, e sem informação, não há material para se alimentar a memória e, para que a informação seja veiculada é necessário que haja uma ordenação e estruturação das ideias, independentemente dos suportes, materiais e/ou tecnológicos, sendo que os serviços de informação são pontos de acesso e mediação fundamentais para a sua difusão e propagação.

## Capítulo 3

### 3.1. A informação e os serviços

Os serviços de informação são locais nos quais se podem recolher informações mais ou menos estruturadas, de acordo com a investigação ou produção de conhecimento que se pretende criar. Esta ordenação e estruturação das ideias é um ponto de abordagem importante, pois para que os serviços de informação apresentem conteúdos relevantes é necessário que a informação lá presente esteja devidamente organizada de forma a veicular o seu conteúdo de modo íntegro, independentemente do tipo de representação física ou digital (nada digital ou representação digital do analógico) que os objetos informacionais tenham. Os metadados<sup>4</sup> utilizados devem conferir esta ordenação, organização, estruturação e descrição fidedigna, representando o mais fielmente possível a informação/ objeto do real.

E sendo a informação um:

“(...) conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (Silva 2006, 25)

Mais uma vez se denota a relação intrínseca entre a memória e a informação, como referido anteriormente, Fentress e Wichham (1992) dividem a memória em duas secções, a memória objetiva cujo intuito é o de conservar conhecimento através da acumulação de factos; e a memória subjetiva que, com o propósito de registar experiências na consciência, inclui os sentimentos e a informação; é neste ponto em que podemos associar a definição de informação adotada ao longo deste trabalho que como refere a citação a informação é “um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas e modeladas pela interação social”, para que a mesma seja processada é necessário recorrermos à memória, e de modo a reforçarmos a memória, para que não haja esquecimento, a informação poderá ser registada em diferentes tipos de suporte<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Na década de 1960, Jack E. Myers, presidente e fundador da The Metadata Corporation cunhou o termo metadata (metadados) para descrever conjunto de dados que podem ser utilizados na organização, na representação e na localização de recursos e podem ser trabalhados de diferentes formas na gestão de recursos informacionais e se constituem em unidades menores do que os dados que representam (SMIRAGLIA 2005) *apud* (Santos, Simionato, Arakaki 2014, 150)

<sup>5</sup> Suporte: Material próprio ou meio físico destinado a receber e manter informações (...) (Faria e Pericão 2008,1159)

O registo<sup>6</sup> é importante, por um lado, porque nos permite salvaguardar a informação para além das representações mentais e por outro porque nos facilita a comunicação, processo que não está de todo dissociado da questão de informação.

Relaciona-se ainda a questão da cultura com memória e informação, no sentido em que como refere Morin (2003, 159) “A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana (...)”, ou seja, para que haja um sustento de uma sociedade, há a necessidade de se passar um conjunto de informação, que, como refere o autor, se vai regenerando e persistindo de geração em geração. Esta informação está descrita por Morin (2003, 159) como “o património cultural herdado [que] está gravado, em primeiro lugar, na memória dos indivíduos, (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura e nas artes.” Isto quer dizer que a cultura se transmite e é uma necessidade que completa o indivíduo como ser social, integrado numa sociedade que partilha um conjunto de valores, crenças e até características genéticas; assim não se pode dissociar a memória passo primeiro para a transmissão da informação que pode ser registada em diferentes tipos de suportes e assumindo diferentes tipologias no sentido de fundamentar e consolidar a memória que se quer transmitida, firmando uma cultura.

Esta Informação está disponível de vários modos, destacam-se os serviços, normalmente sob a alçada do âmbito cultural nas sociedades reguladas pelos Estados, como o caso das bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus e outros.

Estes serviços dispõem de fundos documentais, que não são mais dos que o conjunto de documentos que figuram nas instituições, e que compõem o fundo informacional que cada um destes organismos contempla. A constituição destes fundos assenta em vários processos que têm em consideração os objetivos, políticas e estratégias definidas pela organização/instituição em que se incluem. Estes conjuntos documentais podem ser integrados de várias formas, seja pela aquisição, incorporação, doação ou dação. Para que os mesmos adquiram ou incrementem valor é fundamental que passem pelas fases de tratamento e posterior difusão pois só assim poderão ser reconhecidos.

Quando se menciona documento, esta referência diz respeito ao seu sentido mais lato<sup>7</sup>, como um suporte de informação, independentemente do género ou tipo.

---

<sup>6</sup> Registo: Acto ou efeito de lançar em suporte próprio dados ou informações. (...) Em informática, conjunto de unidades ou campos de dados, de formato e conteúdo normalizados, agrupados por uma característica comum, que constitui uma unidade de tratamento e de registo. Unidade de informação por um conjunto de dados. (...) (Faria e Pericão 2008,1056)

<sup>7</sup> Documento: Informação registada num suporte humano e material/tecnológico. É condição necessária, mas não suficiente para que ocorra em pleno o fenómeno info-comunicacional. Toda a informação que o ser humano cria, recebe e guarda na sua memória tem como fonte e suporte o

No entanto, como se apresentará no capítulo sobre a digitalização há a considerar que:

«A realidade digital relativiza efetivamente o conceito de documento como o conhecemos na realidade analógica e torna-o «um» entre os diversos «tipos» de informação em ambiente digital, o que faz colocar, definitivamente, a informação no centro das atenções, apesar da necessidade de lhe associar o termo digital reforçando, no nosso ponto de vista, a peculiaridade dos atributos e pluridimensionalidade das unidades de informação criadas em ambiente digital.» (Pinto 2009, 126)

A ênfase dada ao termo digital é fundamental, como refere a autora, para reforçar e centrar a atenção na **informação** e na sua vertente **pluridimensional**, não apenas como objeto digital, mas igualmente como o **conjunto estruturado de representações, modeladas, registadas e comunicadas**.

Quando se constitui um serviço de informação este cumpre um objetivo determinado e orientado. Este objetivo é determinado pela especificidade da área de intervenção e pode ser orientado para o geral e/ou particular.

Para que um serviço de informação cumpra o seu propósito é importante que tenha profissionais da informação orientados para desenvolver o seu papel crucial de mediador entre a informação e o utilizador, através das suas competências, especialização e sensibilidade.

No caso concreto da FCM, com enfoque para o serviço da biblioteca, pode-se afirmar que o mesmo tem um propósito de transmissão e suporte de informação cultural de âmbito geral, embora se esteja a especializar num ramo particular da cultura portuguesa, nomeadamente numa corrente artístico-literária, o Surrealismo. Este serviço está orientado simultaneamente para o público em geral, que pretende ter um conhecimento abrangente e não detalhado na temática, e por outro, está orientado para um público particular, nomeadamente, um público que pretende aceder e utilizar a informação com um caráter científico, de modo a produzir ciência e conhecimento.

---

próprio corpo. Ter registada ou conter informação é completamente distinto de suscitar informação. Uma lâmina de microscópio com ou sem substância analisável não contém informação, mas pode suscitar uma ou mais representações mentais e emocionais. (DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação 2019)

## Capítulo 4

### O caso da Fundação Cupertino de Miranda (FCM)

#### 4.1. A Fundação Cupertino de Miranda

A Fundação Cupertino de Miranda (FCM), tem sede em Vila Nova de Famalicão e é uma fundação privada de interesse geral. O seu fundador Arthur Cupertino de Miranda e sua esposa, concederam bens pessoais e constituíram-na por estatutos a 15 de agosto de 1963, aprovados pela entidade tutelar a 2 de outubro de 1963. O casal doou uma parte dos seus bens pessoais, perspetivando a criação de uma instituição de fomento cultural e de apoio a situações de carência económica. Reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, prossegue objetivos principais de natureza cultural e, acessoriamente, social. A ideia que presidiu à criação da Fundação e os objetivos que estatutariamente tem em vista estão consubstanciados nas primeiras palavras de um autógrafo do Fundador: *Templo de Arte, de Cultura e de Bondade, seja, na minha terra Natal: Louvor ao Trabalho, Honra ao Saber, Hino ao Amor, Testemunho do devotamento a este Povo. Arthur Cupertino de Miranda, 1970.*<sup>8</sup>

A FCM é dotada de diferentes espaços físicos, como a livraria, o grande e pequeno auditórios, o serviço educativo, o museu, a biblioteca, e mais recentemente a torre literária (inaugurada a 1 de junho de 2018), cujos propósitos são cumprir os objetivos iniciais dos fundadores.

Por afinidade familiar, o genro do fundador, o engenheiro João Meireles viria a ser presidente da FCM. Irmão da artista plástica Isabel Meyrelles, é através da irmã que conhece Cruzeiro Seixas. Foi esta ligação e o seu interesse por Arte que permitiu colecionar e comprar a sua coleção de arte moderna, adquirida em grande parte a Cruzeiro Seixas. Mais tarde, dada a função que viria a desempenhar na FCM, doa esta coleção (que integrava um particular e importante conjunto de obras surrealistas) ao Museu da FCM, que tem por missão a divulgação da Arte Moderna e Contemporânea, especialmente do Surrealismo. É deste modo que se estabelece a relação entre a FCM e o movimento Surrealista, em particular do caso português. A relação de amizade entre a artista Isabel Meyrelles e Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas motivou ainda a

---

<sup>8</sup> Informação adaptada da história no site da instituição (Fundação Cupertino de Miranda 2018)

aquisição e doação dos acervos documentais, para além dos de arte plástica, de Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas.

Em 2018, a FCM, com o objetivo de afirmar a sua importância no universo surrealista inaugura o Centro Português do Surrealismo (CPS), com origem no anterior Centro de Estudos do Surrealismo e que congrega toda a informação relativa ao surrealismo disponível nos seus museu e biblioteca.

Tendo em conta o caso tratado, a preservação digital de acervos surrealistas, pretende-se fazer uma breve abordagem a esta corrente artístico-literária que surge no século XX como uma corrente modernista de vanguarda, cujo André Breton é considerado o seu principal impulsionador. Já no caso português, podemos afirmar que este impulso foi dado, entre outros, por Mário Cesariny.

Quando falamos de Surrealismo é importante fazer referência ao local onde se encontram dois dos principais acervos desta corrente, em Portugal, a FCM, que detém os maiores acervos documentais e artísticos de Mário Cesariny e Artur do Cruzeiro Seixas, existem outros locais no país com documentação produzida por estes autores, como o caso da Biblioteca Nacional de Portugal, no entanto, os grandes núcleos encontram-se em Vila Nova de Famalicão. Estes acervos são complementados com a restante documentação que a FCM detém, ligada ao movimento surrealista. Esta documentação encontra-se disponível na biblioteca da instituição, e está em processo de tratamento, sendo que se encontra em fase de finalização o tratamento da documentação contida no acervo de Mário Cesariny, no qual se inclui e destaca em particular a digitalização de todo o acervo.

Esta documentação contém várias tipologias documentais<sup>9</sup>, sendo as mais relevantes e em maior número as monografias dos autores e de outros, a correspondência recebida, mas também enviada, os catálogos e convites de exposições, as fotografias, os cadernos pessoais, entre outras.

Toda a informação contida nestes acervos está em formato analógico o que implica a transformação para o formato digital, através da digitalização, com recurso a um dispositivo (*scanner*) de alta resolução, e fotografia (câmara).

---

<sup>9</sup> Tipologia Documental: conjunto de elementos formais que caracterizam um documento de acordo com as funções a que se destina. (IAN/TT 1998)

## 4.2. Surrealismo, corrente artístico-literária

Esta corrente artístico-literária, ainda que se baseie nalguns autores do século XIX, desenvolve-se num período crítico da vivência mundial, o início do século XX, que atinge em particular o continente europeu.

“O Surrealismo foi um fenómeno literário predominantemente francês cujo apogeu se situou entre as duas guerras. A primeira apresentação teórica «oficial» de Surrealismo é o Manifesto de A. Breton, datado de 1924. A partir desta data sucedem-se experiências e escritos (poéticos e/ou teóricos)(...)” (Marinho 1986, 11)

Breton, referido como o nome basilar do Surrealismo pela publicação e instigação dos seus manifestos, em conjunto, com aqueles que o seguiam e auxiliavam na definição da própria corrente, definiu o Surrealismo como:

“Surrealismo, s.m.: Automatismo psíquico em estado puro mediante o qual se propõe exprimir, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outro meio, o funcionamento do pensamento. Ditado do pensamento, suspenso qualquer controle exercido pela razão, alheio a qualquer preocupação estética ou moral. (Breton 1924)” (Tchen 2001, 40)

Esta sua definição é baseada em várias correntes, mais ou menos, contemporâneas como a psicanálise, em particular o universo onírico e o estudo da importância e relevância dos sonhos, assim como noutras vertentes mais paranormais como o ocultismo e a prestidigitação, que acabam por ser modos de suportar o que se vivenciava na época, por um lado tentando o alheamento, por outro denunciando o estado das coisas, de uma forma que buscava uma espécie de purismo inócuo, mas não totalmente naïve. Ainda que não esteja totalmente explícito, o conceito de liberdade está por detrás de tudo o que se foi desenvolvendo em torno desta corrente.

Apesar de a corrente ter o seu auge entre os anos 30 e 40 do século XX, no que diz respeito ao caso português, o seu desenvolvimento foi mais tardio. Uma das principais condicionantes foi o facto de a partir de 1928, com o golpe militar, Portugal ter mergulhado num Estado Novo, repressor e ditatorial que não permitia o livre pensamento. Naturalmente, houve vozes dissonantes que apesar das más condições conseguiram desenvolver esta corrente artístico-literária no país. Contudo, este é um caso particular e tardio em comparação com o resto da Europa, como refere Fátima Marinho:

“Quer admitamos a existência de razões literárias, de razões sociais ou de razões relacionadas com uma determinada mentalidade, a verdade é que as marcas surrealistas ou surrealizantes são poucas na literatura portuguesa até quase ao fim da década de 40.”(Marinho 1986, 14)

Segundo a mesma autora, os projetos e experiências tipicamente surrealistas começam a ser discutidas e faladas a partir de 1949. (Marinho 1986, 30)

É em finais deste ano que se forma o grupo surrealista de Lisboa:

«Em fins de 1947, formou-se o Grupo Surrealista de Lisboa. Constituíam-no pintores, poetas, intelectuais que tinham, de maneira mais ou menos heterodoxa, participado no movimento 'neo-realista'. Jovens todos, naturalmente o tempo português lhes impusera essa única velada que alguma coisa parecia prometer à sua inquietação. Recusada esta afinal, quando a sua tradução exigia uma viagem para o imaginário, daí nasceu uma angústia cujo rompimento de repente ganhou nome com a reanimação do movimento surrealista em Paris.»<sup>10</sup> (Marinho 1986, 41)

Por razões de divergência intelectual e política, em 1948, Mário Cesariny, cria com outros autores bem conhecidos do panorama cultural português, um grupo de dissidentes, que se desliga e afasta do movimento Grupo Surrealista de Lisboa, tendo sido criado um segundo grupo Os Surrealistas. Neste ano, Mário Cesariny escreve uma carta direccionada a António Pedro, coordenador do grupo de Lisboa em que se lê:

“Mário Cesariny (8 de Agosto) a António Pedro onde se desliga do Grupo Surrealista de Lisboa: «Serve esta para dizer que me desligo inteiramente do chamado Grupo Surrealista de Lisboa por não acreditar que seja Grupo e ainda menos que seja Surrealista.»” (Marinho 1986, 45)

Na fotografia (Imagem 1) que segue estão presentes os nomes dissidentes que compunham o grupo recém-formado Os Surrealistas, esta fotografia foi tirada em junho de 1949, a propósito da primeira exposição do grupo no Pathé-Baby [Cuadrado 1998, 4].

---

<sup>10</sup> *Apud* José-Augusto França, «Mil-Novecentos-E-Cinquenta», in *Tetra-córnia*, Lisboa, Fevereiro 1955, p. 62. (Marinho 1986, 41)



*Imagem 1 - "Os surrealistas": Henrique Risques Pereira, Mário Henrique Leiria, António Maria Lisboa, Pedro Oom (sentado), Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas, Carlos Eurico da Costa e Fernando Alves dos Santos. Junho de 1949. FONTE: Cuadrado, 1998, 4.*

Dos nomes acima descritos destacam-se Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas, pelo envolvimento óbvio que mantiveram com a FCM, detentora dos seus acervos documentais e artísticos.

De seguida, são apresentadas duas pequenas notas biográficas de Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas, sublinhando o seu particular contributo para o movimento Surrealista<sup>11</sup>.

#### **4.2.1. Mário Cesariny**

Mário Cesariny de Vasconcelos, nasceu em Lisboa a 9 de agosto de 1923 e faleceu no dia 26 de novembro de 2006.

Considerado talvez o principal representante do Surrealismo português. Foi artista plástico, poeta, tradutor e investigador, um dos nomes maiores da intelectualidade e cultura portuguesa contemporânea. A sua forma revolucionária de viver e compreender a vida conduziu-o

---

<sup>11</sup> Informação adaptada dos textos disponíveis em Acervos da Biblioteca no site da instituição (Fundação Cupertino de Miranda 2018)

a representar irrepreensivelmente o Surrealismo. Com um caráter vincado, vivia a vida e a arte sempre de acordo com a liberdade, era autor de afirmações desconcertantes.

Frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio entre 1936 e 1943. Inicia a vida literária e artística em 1942, ano em que produz as primeiras pinturas, desenhos e poemas.

Com Os Surrealistas, em julho de 1949, efetua a primeira exposição do grupo, na Sala de Projeções da Pathé-Baby de Lisboa.

A sua obra poética é uma das mais ricas e complexas aportações à história da poesia portuguesa contemporânea. Nas artes plásticas, teve um papel importante como introdutor de novas técnicas e atitudes artísticas, um trabalho importante de experimentação matéria rejeitando qualquer preocupação técnica e formal.

Foi titular e produtor de um acervo pessoal constituído por cartas, postais, fotografias, negativos, cadernos manuscritos, livros intervencionados, entre outros. Documentos a partir dos quais existe a possibilidade de aceder ao ambiente que o rodeava, a partir das construções e das suas criações, que fizeram parte da sua vida.

#### **4.2.2. Cruzeiro Seixas**

Artur do Cruzeiro Seixas nasceu na Amadora a 3 de dezembro de 1920 e faleceu em Lisboa a 8 de novembro de 2020, a escassos dias de completar o centenário de nascimento, residia na Casa do Artista em Lisboa, tendo vivido durante um pequeno período em Vila Nova de Famalicão, entre 2012 e 2015.

Frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio, entre 1935 e 1941, tendo participando também dos encontros no Café Hermínius. Sentiu-se atraído pelo Neo-realismo (1945-1946) mas as inquietações plásticas e os desejos de libertação estéticos e ideológicos conduziram-no ao Surrealismo.

Em 1948, posiciona-se ao lado d'Os Surrealistas, convivendo de perto com Mário Cesariny e os outros membros do grupo, do qual é uma importante figura.

Assume o projeto surrealista a que nunca renuncia, e que desenvolve até à atualidade. Tinha por hábito afirmar que “Ser Surrealista não é uma Estética é uma Ética.”.

Destaca-se na área do desenho, na qual desenvolveu com grande destreza técnica um domínio muito pessoal. Representa, na sua obra, um universo imaginário “estranho e cruel” através de contrastes entre pretos e brancos.

Em 1951, alista-se na marinha mercante, viajando pela Índia, Extremo Oriente e África, onde acaba por fixar-se em Angola até ao início da Guerra Colonial. Nesta sua passagem desenvolve o gosto pela dita “arte primitiva”, reunindo um grande conjunto de artefactos africanos que nos chegam até aos dias de hoje.

Detentor de um acervo pessoal constituído por cartas, postais, cadernos manuscritos, fotografias, desenhos, catálogos, serigrafias, colagens, pinturas, entre outros, dá-se um importante destaque aos “Diários não diários”.

### **4.3. Tipologias documentais dos acervos**

Embora a tipologia documental mais relevante existente nos acervos dos autores seja a monografia de autoria própria ou de outros, existem outros tipos de igual relevância, para a compreensão das personalidades, nomeadamente a correspondência, os recortes de imprensa, os documentos pessoais, os processos judiciais, as fotografias e outros documentos-obras intervencionados e criados pelos autores.

A característica mais relevante no tratamento e estudo destes acervos reside na especificidade e particularidade que têm, pois, a intervenção pessoal dos seus possuidores é uma criação intelectual ou artística sobre um determinado documento que o torna único e inigualável a outro. Mesmo sendo uma publicação em série ou um livro, o facto de este ter anotações, sublinhados, ou desenhos, torna-o diferente e único, não será possível existir outro igual.

Através destas marcas de posse, conseguimos compreender o autor, quer a sua forma de ler, a forma como relaciona informações, a forma como produz o seu conhecimento, como o reescreve, e como interpreta o próprio mundo, à luz da corrente que segue e como a contrapõe com outras. É relevante também compreender como leituras feitas em momentos distintos produzem diferenças no discurso através, por vezes, da alteração de palavras ou ideias que por vezes são tornadas públicas outras não, mas que não deixam de ser importantes para perceber todo o processo de desenvolvimento e construção das ideias.

Recorre-se a um enquadramento da temática do surrealismo para que se compreendam por um lado alguns dos objetos/documentos que são produzidos, e por outro, de que modo é que estes objetos, por vezes, de índole bibliográfica foram transformados.

Através destes sistemas de informação que contemplam os métodos processos e técnicas que lhes conferem organização, é possível compreender qual o contexto de produção, as suas

particularidades e especificidades, que estão demonstradas pelas marcas de posse como assinaturas dos autores, os desenhos com técnicas próprias, ou ainda, pelos pensamentos produzidos e documentados. Apesar de alguns elementos que constituem estes sistemas poderem ser semelhantes, no que às bibliotecas e arquivos pessoais dos autores diz respeito, o que se entende é que cada um destes elementos, sejam eles intervencionados com marcas de posse, ou não, são imprescindíveis aos sistemas pelo facto de integrarem estes conjuntos documentais, de acordo com a produção ou conjugação feita pelos autores.

## Capítulo 5

### 5.1. Preservação Digital

É a partir da aceção de património cultural digital que se começa a dar relevância à salvaguarda do mesmo através da sua preservação.

São várias as entidades que valorizam e destacam esta questão de modo sistematizado, como é o caso da UNESCO. Destacam-se os seguintes documentos: Programa Memória do Mundo (1992), Programa Informação para todos (2001) e a Carta sobre a preservação do património digital (2003).

Como refere Soares, o Programa Memória do Mundo é:

“[...] uma iniciativa internacional para salvaguardar, preservar e promover o património documental, pois este representa a memória da humanidade, e cuja necessidade mais urgente surge na preservação do património documental com importância mundial.” (Soares 2017, 124)

Este é um ponto de partida para a preocupação com a questão do património documental que constitui as sociedades, e a partir do qual se desenvolvem diversos projetos de âmbito nacional e transnacional com o propósito de salvaguardar línguas e outros aspetos das culturas mundiais.

Posteriormente, em 2003, é lançada a Carta sobre a Preservação do Património Digital, no sentido de complementar, em parte o próprio programa Memória do Mundo.

Como refere Pinto (2009, 121) a UNESCO aborda desde 2003 a questão do património cultural digital através do lançamento de um documento intitulado “E-Heritage – a Charter on the Preservation of the Digital Heritage” associado a documentação de suporte “Guidelines for the Preservation of Digital Heritage”.

Assim, verifica-se que existem desde 2003 preocupações para a preservação do património disponível no meio digital e através de meios digitais.

A mesma autora refere-se à questão do património cultural através da expressão Herança Cultural e refere que:

“resulta da constatação de uma abordagem que consagra a afectação conjunta de acervos custodiados por arquivos, bibliotecas e museus e o pendor comum para a preservação do património cultural, quer através de acções de digitalização, quer de procura de respostas para a preservação a longo termo e acesso continuado.” (Pinto 2009,188)

Assim, é a partir destas diretrizes que começam a existir abordagens e ações para a digitalização, preservação e acesso por parte dos serviços de informação que custodiam documentação cultural de valor patrimonial.

É importante destacar ainda o programa Informação para todos (2001), uma plataforma criada para propiciar discussões internacionais sobre políticas e diretrizes de ação para o acesso à informação e ao conhecimento, que envolveu todas as partes interessadas nas sociedades do conhecimento.<sup>12</sup> Este programa teve em conta as seguintes prioridades: informação para o desenvolvimento, literacia da informação, preservação da informação, ética da informação, acessibilidade da informação e o multilinguismo.

Também a Comissão Europeia tem um papel fundamental no tratamento deste tipo de património cultural.

Como refere Soares (2017, 118):

“Desde 1998 a Comissão Europeia tem vindo a incentivar a digitalização do património cultural a nível europeu, promovida através do financiamento crescente de projetos, nomeadamente, a partir do 5th Framework Programme<sup>70</sup> (1998-2002), o qual incluía as áreas de publicação eletrónica interativa; património digital e conteúdo digital (DigiCult); aplicações para educação e treinamento; conteúdo multimédia e ferramentas; e acesso à informação.”

Como refere a mesma autora (2017, 118), o programa tinha estabelecidas como áreas prioritárias: o acesso ao património cultural e científico, a preservação digital do património cultural, o acesso às coleções digitais de conteúdo cultural e científico, os novos modos de acesso ao conteúdo digital, a promoção do património para todos através da sustentabilidade de comunidades virtuais e, a implementação de uma biblioteca digital de conteúdo cultural. Verifica-se que as principais premissas deste programa assentam na preservação e no acesso, sendo para isso a digitalização uma ferramenta que as harmoniza.

A referência que se segue descreve sinteticamente de que modo é que a digitalização é, em simultâneo, um recurso e ferramenta vital para o enriquecimento do património cultural:

---

<sup>12</sup> UNESCO. 2001. “Programa Informação para todos” Acedido em 23 de julho de 2019. <https://en.unesco.org/programme/ifap>.

“Digitization is an absolutely vital element if Europe is to exploit in the new digital world the rich cultural and scientific resources it holds. Equally, digitization contributes to the conservation and preservation of heritage and scientific resources. It creates new educational opportunities; it can be used to encourage tourism and it provides ways of improving access by citizens to their heritage.” (Smith, 2002: 46) *apud* (Soares 2017, 119)

Efetivamente, a digitalização contribui em larga medida para a conservação e preservação do património, assim como de recursos científicos. Alia-se às questões sociais na medida em que auxilia na criação de oportunidades educacionais, ao mesmo tempo que potencia a economia através da vertente turística, enquanto, simultaneamente melhora o acesso dos cidadãos ao património, sendo uma excelente forma de disseminar e consciencializar para estas questões.

Como defende Soares (2017, 119) “(...) a digitalização do património europeu deveria ser uma atividade fundamental para promover a maior acessibilidade dos conteúdos aos cidadãos, considerados fundamentais para a manutenção e a promoção da diversidade cultural mundial.” Ora para que isto seja uma realidade é necessário que todos os estados-membros tenham este comprometimento, de modo a fomentar nas instituições a seu encargo o processo de digitalização, para que mimeticamente as instituições independentes do Estado também o repliquem, como no caso em estudo. Assim que o valor económico, as mais-valias e retorno do investimento em digitalização, comecem a ser verificadas provavelmente haverá um *boom* na adesão a estas políticas e a maioria das entidades patrimoniais terão esta preocupação.

A Agenda Digital para a Europa (2014), temática incluída na estratégia Europa 2020, prevê como reflexo para a vida ativa, entre outros, o “fomento da criação e consumo de conteúdos culturais mediante a utilização de ferramentas que não só aumentem a divulgação e a distribuição desses conteúdos, mas também garantam uma proteção adequada aos respetivos autores”, onde se pode incluir a preocupação com a digitalização do Património Cultural Europeu e a sua disseminação com recurso a ferramentas de divulgação e produção, com a salvaguarda dos produtores ou entidades.

Compreende-se que a preservação digital é uma ferramenta fundamental para a salvaguarda de património cultural documental, de história, literatura e artes plásticas da cultura portuguesa e internacional. E neste sentido, o projeto implementado pela FCM assume elevada pertinência.

A IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) tem igualmente refletido para as questões da digitalização, demonstrado pelo documento com as Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais (IFLA 2015):

“A digitalização dos acervos raros e únicos tende a ser complexa, pois, é importante manter relações físicas, intelectuais e contextuais dentro das várias partes de um único objeto físico e entre as peças da coleção como um todo. A manutenção destas relações para o usuário muitas vezes envolve metadados especiais, bem como diferentes plataformas de pesquisa e utilização. Além disso, o usuário deve ter informação contextual suficiente e metadados para ser capaz de avaliar a autenticidade e confiabilidade do substituto digital. A capacidade de apresentar uma coleção inteira em um determinado contexto, mantendo ao mesmo tempo a autenticidade e comunicar evidência do artefato físico, requer conceituação cuidadosa e planejamento, preparação avançada, execução de um grande número de atividades conexas, e colaboração entre vários setores da biblioteca.” (IFLA 2015, 5)

Esta afirmação serve para notar que se deve ter em conta a necessidade que existe em digitalizar estes acervos únicos, optando preferencialmente por profissionais da informação especializados, que estão sensibilizados para executar este trabalho, assim como têm em conta todas as atividades conexas necessárias, como se poderá verificar adiante com a apresentação do projeto desenvolvido pela FCM.

## 5.2. Projetos desenvolvidos no âmbito da Preservação Digital

É interessante relevar a existência de outros projetos no âmbito da digitalização e da preservação digital que podem orientar ou apresentar outras pistas pertinentes para a melhoria do projeto da FCM. Este tem características próprias e distintivas dos demais, no entanto, o objetivo do mesmo é incrementar valor aos acervos dos quais é detentora demonstrando a sua relevância patrimonial e importância de âmbito cultural.

O primeiro caso é o da **Biblioteca Nacional de Portugal** que detém a **Biblioteca Nacional Digital (BND)** e «tem como objetivo oferecer o acesso em linha, universal e gratuito, a conteúdos digitalizados de manuscritos e impressos – sejam livros, publicações periódicas, iconografia, cartografia ou música – das coleções da BNP, da Biblioteca Pública de Évora e, também, pontualmente, da Biblioteca da Ajuda. É prioridade principal da BND promover as coleções patrimoniais, democratizar o seu acesso, servir uma cada mais vasta comunidade de utilizadores

e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação dos originais, especialmente os mais antigos, mais raros ou mais frágeis, entre outras prioridades que contemplam também as de oportunidade de digitalização de conteúdos para projetos culturais ou científicos, ao nível nacional, comunitário ou internacional.» (Biblioteca Nacional de Portugal s.d.)

O projeto da **Casa Comum** assenta num projeto de cooperação iniciado pela Fundação Mário Soares. «Ao longo dos anos tem vindo a acolher e preservar arquivos de diversas proveniências que lhe foram confiados pelos seus detentores, tem para com estes e a comunidade em geral a responsabilidade de comunicar e divulgar o universo dos fundos documentais que se encontram à sua guarda, sob a sua gestão arquivística ou que por si tenham sido intervencionados no âmbito de parcerias estabelecidas com entidades terceiras, objetivo que se concretiza publicamente através deste repositório digital. Existe um portal onde é disponibilizada documentação oriunda de diferentes países e organizações da CPLP, representando um espaço de diálogo e de memória das culturas e história de cada um dos parceiros.» (Fundação Mário Soares s.d.)

Outro projeto onde a digitalização está visível é o **Alma Mater** que «é a Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra, constituída por um vasto acervo de obras, em geral publicadas antes de 1940, representativo de importantes núcleos documentais que integram o rico património bibliográfico das bibliotecas da Universidade de Coimbra, desde logo o da Biblioteca Geral, mas também o da Faculdade de Direito, da Faculdade de Letras, ou o do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia.» (Universidade de Coimbra s.d.)

Estes são alguns projetos que têm em consideração a digitalização como um recurso de preservação digital de património cultural português e produzido em português.

### 5.3. Digitalização na Fundação Cupertino de Miranda

A prática aplicada na FCM centra-se na digitalização de partes dos objetos/documentos, quando os mesmos, não são em si um recurso totalmente intervencionado.

Os acervos destes autores surrealistas podem ser considerados coleções especiais dentro daquilo que é o fundo documental que constitui a biblioteca da FCM.

O desenho desta “coleção digital” que complementa os originais, não os substituindo, mas auxiliando no processo de salvaguarda do suporte analógico, em primeira instância pela redução do manuseamento, exposição a luz e possíveis variações térmicas, foi elaborado de modo que no caso das monografias sejam digitalizados aspetos gerais das mesmas, complementados, em caso de existência, por aspetos particulares. Os aspetos gerais considerados são: a capa, folha de rosto, sumário e contracapa. Os aspetos particulares dizem respeito a todas as páginas intervencionadas. As páginas estão intervencionadas de diferentes modos, nomeadamente, com a criação de capas, através de anotações, sublinhados, rasurados em torno dos textos escritos, recortes de pedaços, colagens ou pinturas. No caso de cadernos manuscritos, correspondência ou fotografias, a digitalização do documento é integral.

A digitalização vem complementar a descrição feita no software Porbase, recurso que gere todo o fundo bibliográfico disponível na biblioteca da instituição e deste acervo em particular.

Tendo em conta que o programa suporta a integração de hiperligações para acesso a imagens, o objetivo passa por simplificar e condensar esta informação num só programa, contudo, devido a uma série de condicionantes ligadas com modificações estruturais no edifício da FCM, ainda não foi estabelecido definitivamente se o procedimento passará apenas pelo uso do *software* Porbase pois este permite a visualização ou ocultação das imagens em suporte digital, e visto que já é o software utilizado para gestão do acervo, muito provavelmente será este o objeto de divulgação das imagens em formato digital que complementarão os registos bibliográficos que os descrevem.

Para este efeito todas as imagens estão a ser digitalizadas com recurso a um scanner de alta resolução, e em casos em que tal não é possível, é feita a recolha fotográfica. As imagens são guardadas em formato JPG, embora não seja o formato com maior qualidade para salvaguarda das imagens, consegue cumprir devidamente o seu propósito ao nível da utilização prática devido ao facto de se utilizarem aparelhos de elevada resolução. Cada imagem é recolhida individualmente, no entanto, para que faça sentido no momento de associar a informação digitalizada de cada documento cuja metainformação criada com recurso à descrição documental

no Porbase, as imagens sofrerão uma junção de 'peças' que passarão para um formato PDF. Cada imagem será armazenada e nomeada com a codificação correspondente à cota e número de registo respetivo.

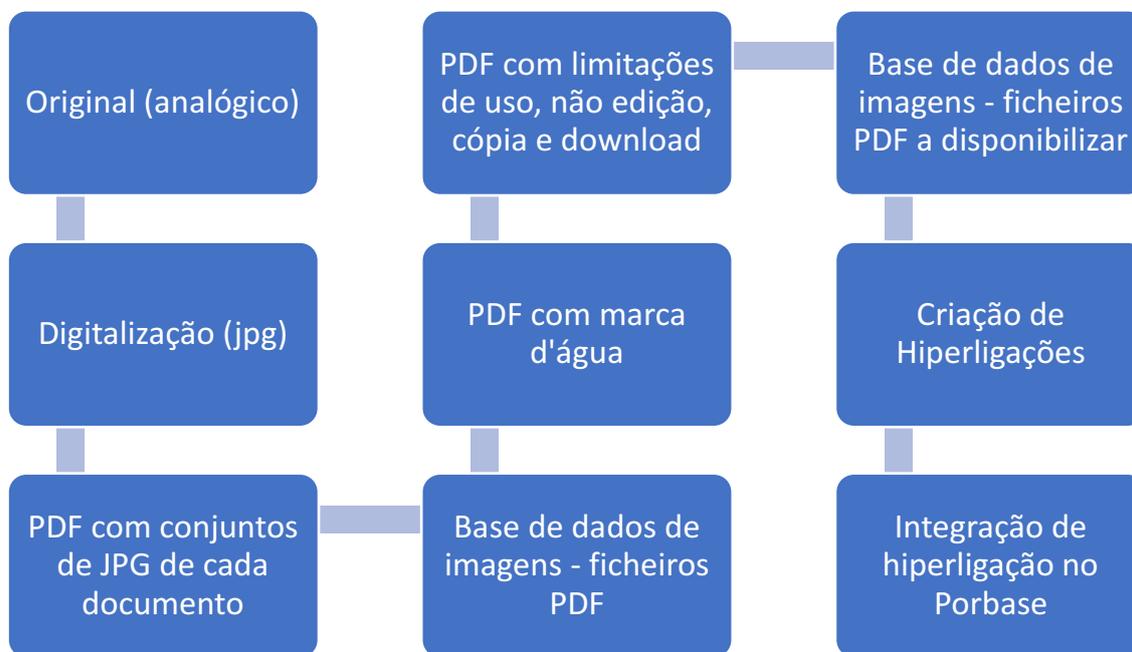


Imagem 2 – Sistematização do processo de digitalização e integração no Software de descrição

Estes acervos têm um carácter muito particular pois são constituídos por uma grande parte de bibliografia produzida e adquirida pelos autores, outra que lhes foi oferecida, e uma massa documental de índole arquivística. Em termos simplificados a massa documental é constituída por biblioteca e arquivo pessoal.

Apesar de estes acervos poderem ter sido tratados apenas como material arquivístico, a opção da instituição passou por integrá-los na biblioteca, dado que uma grande parte destes acervos é constituído como referido anteriormente, por material bibliográfico. Contudo devemos ter em consideração que estes acervos não têm em conta a lógica que uma biblioteca com serviço público tem; pois foram constituídos com um cunho pessoal, por vezes aleatório, e apenas com uma preocupação particular e pessoal de ir ao encontro de necessidades de um só utilizador, o proprietário da documentação.

O projeto de tratamento destes acervos documentais iniciou-se em 2003 com a integração do acervo de Mário Cesariny na biblioteca da FCM, ano em que começa a dar entrada a documentação pertencente a este autor, apesar de não ter sido iniciado em simultâneo o seu

tratamento. Desde esta data que este projeto está integrado no orçamento atribuído à biblioteca. Em 2017, principia-se uma nova fase, já com grande parte da informação descrita no Porbase é feita a digitalização dos documentos, e para tal foram adquiridos materiais de digitalização e fotografia como a contratação de mais uma pessoa para exercer funções na biblioteca. Atualmente, 95% de todo o acervo já está digitalizado, ainda não está na integra, pois, a documentação é imensa e o número dos recursos humanos afetos a este tratamento documental são apenas dois, sendo que também contribuem para outras tarefas e projetos da instituição o que faz com que o projeto se prolongue no tempo. Até ao final de 2021, todos os documentos estarão também em formato digital, pretendendo-se que até final de 2021 se inicie o processo de integração dos recursos digitais no programa de descrição Porbase.

#### 5.4. Desmaterialização de processos

Neste projeto desenvolvido pela FCM devemos ter em consideração a desmaterialização parcial do processo de consulta dos documentos que pertencem aos acervos documentais que estão a ser digitalizados. Como refere Ávila (2012, 11) “A desmaterialização implica a eliminação de circulação de papel pelo que, em sua substituição, é importante a existência de um sistema de gestão eletrónica de documentos.”, para o caso, não se pode considerar uma total eliminação de circulação de papel, no entanto, há uma crescente redução. Cada documento existente nos acervos está descrito no sistema de gestão bibliográfica Porbase, no qual estarão integradas as imagens digitalizadas de cada um destes mesmos documentos. Assim, o processo utilizado para consulta de informação disponível é o seguinte:

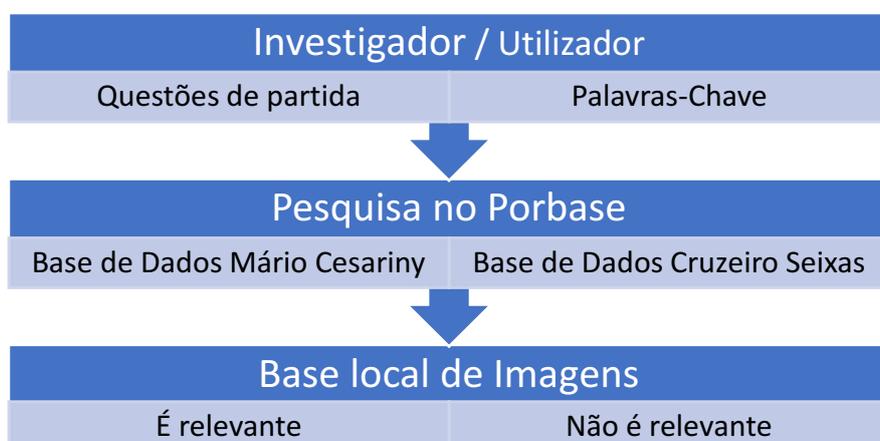
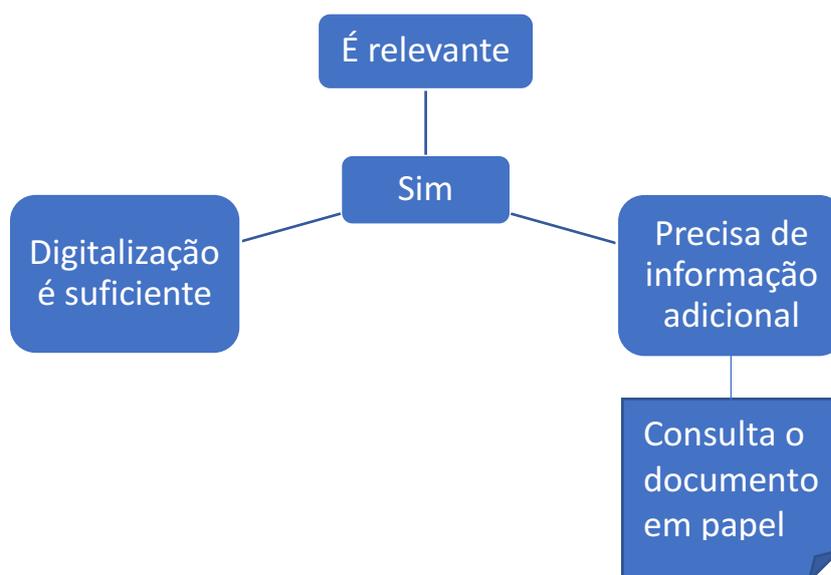


Imagem 3 – Processo de pesquisa de informação nos acervos

Sempre que qualquer investigador/utilizador pretenda aceder a informação contida num dos acervos (para o caso, Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas) é necessário fazer a pesquisa na base de dados do Porbase, segmentada por acervos, e mediante os resultados de pesquisa, e dado que ainda não existe a integração das imagens no sistema, nomeadamente a cota e número de registo, é feita uma pesquisa por estes dados na base local de imagens, e assim é apresentada ao investigador/utilizador, que mediante a sua pesquisa verifica se a informação aqui contida é relevante ou não. Todo este processo é feito com recurso a um computador e ao devido software de gestão documental.

A desmaterialização parcial do processo efetiva-se no momento que o investigador / utilizador verifica se a informação tem utilidade para si, ou seja, se é ou não relevante após a consulta da base local de imagens (imagem 3). Assim, como se pode ver na imagem 4, há um desdobramento do ponto da relevância do documento, apresentado na imagem anterior.



*Imagem 4 – Relevância da informação contida no documento consultado em formato digital*

Caso a informação contida no documento não seja relevante, o mesmo é rejeitado, ou seja, excluído da pesquisa, no entanto, se o mesmo for relevante, é necessário compreender se a digitalização do mesmo é suficiente ou não, pois no caso de ser um livro, por exemplo, poderá ser necessário consultar páginas que não foram digitalizadas por não conterem elementos considerados previamente relevantes para o processo da digitalização.

## 5.5. Documento / Objeto digital(izado)

Relativamente à preservação dos documentos em formato digital, existem vários aspetos que devem ser tidos em consideração para qualquer que seja o documento ou objeto a transformar, nomeadamente, a integridade, a autenticidade, a fiabilidade, a ubiquidade, a disponibilidade, a identificação e a apresentação.

Como menciona Pinto (2009, 127):

«[...] o termo *objeto digital* que definiríamos como qualquer informação que possa ser gerada em, ou convertida para uma sequência de dígitos binários, armazenada e recuperada sob controlo de um computador e que é tratada como uma unidade do ponto de vista da informação.» (Pinto 2009, 127)

Deste modo, sempre que existe referência a documento digital, este pode ter um carácter mais abrangente, o de objeto digital, dado que como refere a autora o mesmo assume qualquer informação que possa ser convertida numa sequência de dígitos binários e que para ser acedida e guardada necessita de recurso a um computador ou similar, que corresponde exatamente às imagens criadas em ambiente de digitalização dos materiais analógicos existentes nos acervos.

No entanto, a autora refere que:

«Um objeto digital é também virtual, isto é, o que parece real não o é assim de facto, podendo parecer algo único quando na realidade inclui em si vários objetos («documentos», componentes, formatos, etc.) [...] [a] pluridimensionalidade subjacente à complexidade destes «novos tipos de informação» a preservar e que deverão ser compreendidos e geridos tendo em conta as suas diversas dimensões/níveis e respectivos atributos. [...] os objetos digitais deveriam ser considerados como sendo constituídos por: *Conteúdo*<sup>13</sup> [...]; *Contexto*<sup>14</sup> [...]; *Estrutura*<sup>15</sup> [...] [e] *Apresentação*<sup>16</sup> [...]» (Pinto 2009, 128-129)

---

<sup>13</sup> «*Conteúdo* – o conteúdo está presente num ou em mais documentos electrónicos e/ou tradicionais que veiculam a mensagem dos documentos (não esquecer os casos de produção híbrida!).» (Pinto 2009, 129)

<sup>14</sup> «*Contexto* – contexto de produção, e aqui poderemos considerar o âmbito: jurídico ou quadro regulamentador das atividades organizacionais; orgânico, se nos atendermos a unidades orgânicas produtores; funcional, no caso da função ou processo em que o documento é produzido; tecnológico, relativamente à plataforma tecnológica em que foi produzido; informacional, exprimindo a teia de relações informacionais subjacentes/decorrentes da actividade(s) desenvolvida no âmbito de um processo organizacional ou funcional.» (*Ibidem*)

<sup>15</sup> «*Estrutura* – os documentos são armazenados de forma a permitir aos futuros utilizadores compreendê-los, tal implica que um documento contenha, acrescidas ao conteúdo do(s) seu(s) documento(s) e para além de informações relativas ao contexto, informações relativas à estrutura do documento.» (*Ibidem*)

<sup>16</sup> «*Apresentação* – a apresentação depende de uma combinação dos conteúdos dos documentos, da sua estrutura e (no caso dos documentos electrónicos) do software utilizado para expor/apresentar.» (*Ibidem*)

Com a afirmação anterior, entende-se que embora os objetos sejam retratos da realidade, a sua transformação de analógico para digital/virtual, acarreta a criação de um novo tipo de suporte. Este novo suporte engloba o retrato do objeto que foi digitalizado, assim como, os componentes e formatos necessários à sua existência em ambiente digital, o que lhe confere uma complexidade acrescida, que nem sempre é compreendida pelo utilizador final. A par disto estes os objetos digitais devem abranger em si o conteúdo, o contexto, a estrutura e a apresentação. Os objetos digitais assumem *per si* uma pluridimensionalidade. Embora para o caso da FCM os objetos digitais sejam uma fonte complementar de informação, estes têm um tratamento algo diferenciado do objeto analógico.

No quadro abaixo, verifica-se que os objetos digitais, além de procurarem ser uma representação do real, complementar ao objeto físico analógico, também são constituídos por mais dimensões a vários níveis (Pinto 2009, 130) :

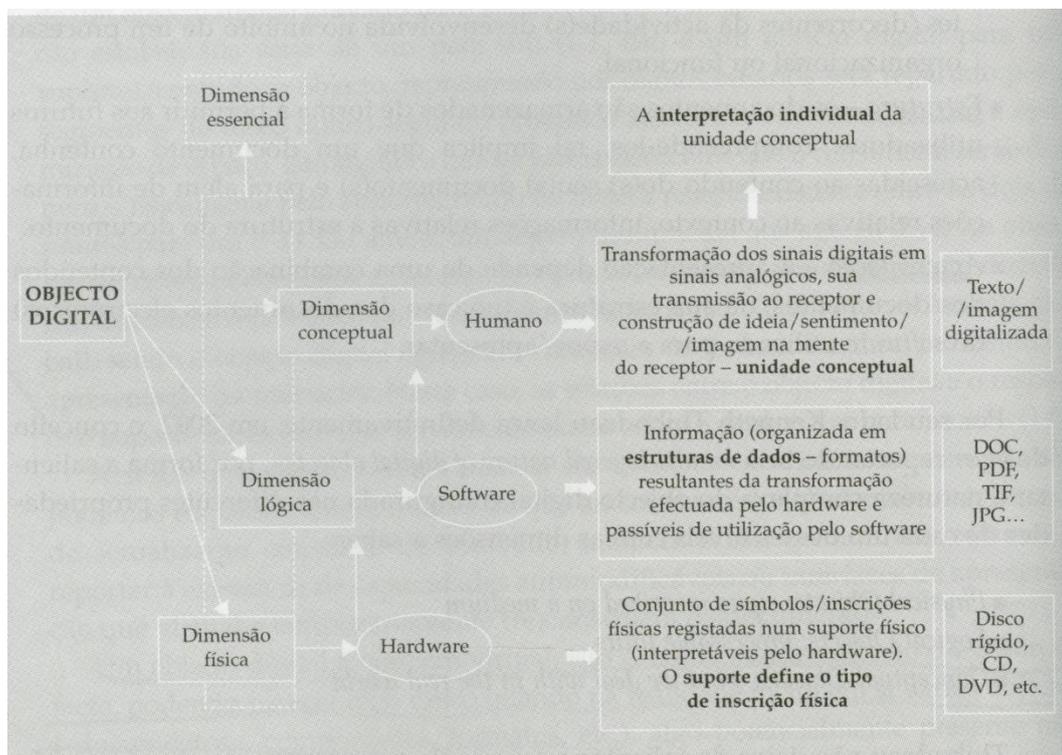


Imagem 5 – A pluridimensionalidade do objeto digital. Fonte: Pinto 2009, 130

O objeto digital tem uma dimensão essencial que abarca as dimensões física, lógica e conceptual.

A dimensão física engloba o hardware e refere-se ao suporte em que é armazenado, o que no caso corresponde à base local de imagens guardadas em disco numa rede privada.

A dimensão lógica engloba o software e quais as estruturas de dados em que a informação é organizada, que corresponde à utilização dos formatos de JPG e PDF.

A dimensão conceptual engloba o utilizador (no domínio do humano), o modo como o mesmo observa o texto e a imagem digitalizada e como cria as unidades conceptuais criando a partir deste ponto uma interpretação individual.

## **5.6. Vantagens da digitalização**

A transformação desta documentação em objetos digitais agrega várias vantagens, quer de âmbito organizacional, quer de funcionamento dos processos de pesquisa, ou do uso, acesso e disseminação da informação.

Relativamente ao uso interno por parte da biblioteca, o facto de existir um formato digital destes documentos permite verificar o conteúdo dos mesmos sem necessidade de recorrer ao objeto físico; o que é em simultâneo vantajoso para os investigadores/utilizadores que necessitem de atender a alguma necessidade informacional em torno dos mesmos.

Estes objetos digitais trazem vantagens ao nível da divulgação através de exposições realizadas dentro e fora de portas, pois as imagens criadas já podem ser usadas para catálogos, folhetos e afins, ou mesmo para divulgação em ecrãs tácteis, ou outros dispositivos onde seja possível visionar o conteúdo neste formato.

Tal como auxiliam a consulta dos documentos por parte dos investigadores para produção científica, também facilitam a consulta e preparação de materiais para produção de publicações próprias da instituição.

Tendo o propósito de em breve vir a agregar os conteúdos descritos no Porbase aos objetos digitais, pretende-se que este seja um fator diferenciador da biblioteca disponibilizando uma base completa à comunidade que visita a biblioteca e que pretende desenvolver trabalhos científicos tendo por base estes acervos, acrescenta-se ainda um fator competitivo pois verifica-se que o facto de a informação estar em formato digital é um motivo de entusiasmo para os investigadores, que facilmente poderão solicitar o uso de imagens para os seus trabalhos se assim o entenderem.

Relativamente a vantagens mais pragmáticas do processo de digitalização estas assentam na diminuição do manuseio da documentação em suporte físico, num acesso mais rápido para usar, transmitir e disseminar a informação.

## 5.7. Limitações e entraves

Apesar de todas as vantagens de correntes da digitalização dos materiais, é de notar que existem limitações no que diz respeito quer ao uso, quer ao armazenamento ou ao conteúdo.

A primeira limitação centra-se no facto de no imediato para aceder a estes recursos ser necessário recorrer à base de imagens local.

A nível físico as limitações assentam na necessidade de ter sempre *hardware* e *software* para tornar as digitalizações legíveis e acessíveis, mas também a capacidade de armazenamento ser um fator crucial.

Relativamente ao conteúdo, as digitalizações são sempre uma representação do real, ainda que em determinados casos possa ser uma representação quase fac-similada. Estas são objetos digitais que agregam a si outras informações relativas à própria digitalização. Por se tratar de digitalizações de documentos que têm por base o registo digital das intervenções nos objetos analógicos feitas pelos produtores destes conjuntos informacionais, o acesso ao conteúdo de um determinado documento, poderá não ser pleno, pois o mesmo poderá não estar totalmente digitalizado, mas apenas partes do mesmo.

Por serem de documentos de cunho pessoal, existe alguma necessidade de limitar o acesso a assuntos considerados sensíveis ou classificados/confidenciais, que podem envolver pessoas vivas, e por isso, é importante ter-se em conta a proteção de dados, direitos de imagem e de autor. As bases de dados constituídas neste âmbito estarão ao abrigo do direito *sui generis*.<sup>17</sup>

No sentido de salvaguardar a instituição e o próprio autor do conjunto documental que legou à FCM, qualquer uma destas digitalizações só poderá ser utilizada com consentimento prévio e autorizado por parte da instituição, além disto, existirá uma marca de água que garanta a posse dos documentos digitais.

---

<sup>17</sup> «Proteção com o direito *sui generis*:

Se a estrutura da sua base de dados não for uma criação original, pode sempre proteger o respetivo conteúdo com o direito *sui generis* (Direito que reconhece o esforço de elaboração da base de dados, mesmo que não implique o aspeto criativo protegido pelos direitos de autor).

Para poder proteger uma base de dados com o direito *sui generis*, aplicável a bases de dados, o autor ou fabricante da base de dados deve ser residente ou nacional de um país da UE. Além disso, deve provar que teve de efetuar um esforço substancial (financeiro, material e/ou humano) para obter, verificar ou apresentar o conteúdo da base de dados.

O direito *sui generis* protege o conteúdo da sua base de dados. O autor ou fabricante da base de dados pode impedir a extração ou reutilização da totalidade ou de uma parte substancial do respetivo conteúdo. Se criar uma base de dados que preencha as condições para ser protegida com o direito *sui generis*, beneficia automaticamente desta proteção durante 15 anos, a contar da data de criação da base de dados ou da sua disponibilização ao público.» (Your Europe s.d.)

## Considerações finais

De acordo com aquilo que foram os objetivos determinados para este projeto, determinam-se como considerações finais que a preservação digital é uma condição elementar adicional para a salvaguarda e disseminação de património cultural documental, projetando-se a partir do estudo de caso que permite divulgar o património documental surrealista português pertença da Fundação Cupertino de Miranda.

Tendo em consideração a relação de preservação digital no âmbito da cultura e património, pode-se resumir património como o conjunto de bens, materiais ou imateriais, legitimados pela sua importância, e cultura como o conjunto de características que distinguem entre si grupos de indivíduos, que são membros de uma sociedade e partilham o mesmo tipo de atributos, sendo imprescindível, para manter o seu desenvolvimento e relevância, que os indivíduos e a sociedade invistam numa abordagem de envolvimento que permita a sua compreensão, valorização, salvaguarda e transmissão. O património e a cultura têm um papel de referência transversal a todos os sectores da sociedade, com particular incidência no desenvolvimento social e económico.

Concomitantemente o património arrola a preservação e a disseminação da memória cultural, pois sem memória não se justifica a salvaguarda e preservação da cultura, e conseqüentemente a materialização desta através do património. A memória é fator crucial no desenvolvimento da preservação, já que possibilita, conjuntamente com a informação a consolidação da memória nas sociedades.

A cultura de uma sociedade distingue-se pela partilha de um conjunto de valores, crenças e até características genéticas que não se pode dissociar da memória pois esta é um primeiro ponto para a transmissão da informação que pode ser registada em diferentes tipos de suportes e assumindo diferentes tipologias no sentido de fundamentar e consolidar a memória que se quer transmitida, sustentando uma cultura.

É de particular importância a relação intrínseca de reciprocidade entre memória e informação. Sem memória não se gera nem transmite informação, e sem informação, não há material para se alimentar a memória. A informação é o objeto que se pretende transmitir, mas para ser gerado necessita da reminiscência.

Para que as memórias sociais se consolidem e sejam veículos transmissores de cultura através do seu património, é indispensável que haja uma ordenação e estruturação das ideias, só

assim, se pode trabalhar devidamente a informação de maneira a veicular o seu conteúdo de modo íntegro e independentemente dos suportes, materiais e/ou tecnológicos. Os serviços de informação veiculam a preservação e divulgação. Estes são pontos de acesso e mediação fundamentais para a difusão e promoção de memórias e de cultura. São instituições que detêm o património cultural e documental que preservam, como o caso das bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus e outros.

Estas instituições, como anteriormente referido, promovem o acesso à informação cultural assim como a sua preservação. Preservar implica a possibilidade de renovar a utilização e o impedimento de deterioração.

O caso da biblioteca da FCM, que é um serviço de informação com um propósito de transmitir informação cultural de âmbito geral, estando a especializar-se no âmbito do surrealismo é apresentado não só pelos acervos documentais, que podem ser considerados coleções especiais, com sistemas de informação únicos e complexos, construídos com o cunho pessoal dos autores como Mário Cesariny ou Cruzeiro Seixas, mas também pela aquisição de conjuntos documentais periódicos e bibliográficos que complementam o estudo do surrealismo enquanto corrente artístico-literária do século XX.

Este serviço está orientado simultaneamente para o público em geral, que pretende ter um conhecimento abrangente e não detalhado na temática, e para um público particular, nomeadamente, um público que pretende aceder e utilizar a informação com um carácter científico, de modo a produzir ciência e conhecimento.

Recorrendo ao enquadramento da temática do surrealismo pretende-se ajudar a compreender, por um lado alguns dos objetos que são produzidos, e por outro, de que modo é que estes objetos de índole bibliográfica foram intervencionados, sendo de extrema importância pois justifica qual o contexto de produção destes sistemas de informação que os autores produziram. Toda a informação contida nestes acervos existe em formato analógico o que implica a transformação para o formato digital

Considerando a aceção de património cultural digital verifica-se o início da relevância que passa a dar-se à salvaguarda do mesmo, através da sua preservação. São vários os projetos desenvolvidos, em particular a nível europeu, que promovem este destaque.

Foram várias as diretrizes que determinaram as abordagens e ações para a digitalização, preservação e acesso por parte dos serviços de informação que custodiam documentação cultural de valor patrimonial.

Efetivamente, a digitalização contribui em larga medida para a conservação e preservação do património, assim como de recursos científicos. Alia-se também às questões sociais na medida em que auxilia na criação de oportunidades educacionais ao mesmo tempo que potencia a economia através da vertente turística, enquanto melhora o acesso dos cidadãos ao património, simultaneamente, sendo uma excelente forma de disseminar e consciencializar para estas questões.

As digitalizações produzidas no âmbito deste projeto criam uma “coleção digital” que complementa os originais, não os substituindo, mas auxiliando no processo de salvaguarda do suporte analógico, em paralelo auxiliam na desmaterialização parcial do processo de consulta dos documentos. A digitalização complementa a descrição feita no software Porbase.

Destacam-se como principais vantagens: o uso, acesso e disseminação da informação; a divulgação; as exposições; o auxílio na consulta; a utilização para publicar em catálogos e outra produção científica; a possibilidade de usar em vários dispositivos; agregar conteúdos descritos; ser motivo de atração; permitir a redução do manuseamento; tornar o acesso mais rápido e a partir de qualquer ponto do mundo.

No entanto, existem também algumas limitações como: a necessidade de hardware e software; a necessidade de gestão da capacidade de armazenamento; ser uma representação do real; o documento poder não estar digitalizado por completo, e apenas partes dele; como parte dos documentos é de cunho pessoal, existe alguma necessidade de limitar o acesso a assuntos considerados sensíveis ou classificados/confidenciais

Em suma, a preservação digital é uma ferramenta fundamental para a salvaguarda de património cultural documental, de história, literatura e artes plásticas das culturas portuguesa e internacional, enquadrando-se este projeto também no Centro Português do Surrealismo, que pretende ser uma referência nacional e internacional.

Digitalizar é tornar o uso da informação mais pragmático, sendo que as mais-valias passam em primeira instância pela preservação da informação e do património documental. No caso estudado, apesar de os acervos documentais que retratam em larga medida o património Surrealista português e são alvo de digitalização, estarem sob alçada da Fundação Cupertino de Miranda, estes não deixam de ser património cultural da sociedade portuguesa.

No futuro, poder-se-á pensar em potenciar a digitalização deste património com a integração e comunicação com outras plataformas e entidades colaborativas. A digitalização destes acervos documentais, que são parte integrante do património português, fomenta a

salvaguarda cultural e é um fator de competitividade pois potencia o desenvolvimento científico no país e no mundo, assim como são ponto promotor do turismo literário.

A cultura é transmissível e uma necessidade que completa o indivíduo como ser social, isto foi particularmente visível nos dois últimos anos, em que a Pandemia Covid-19 obrigou a um isolamento social físico, e onde muitos recorreram à cultura das mais variadas formas para se “salvar” e se manter socialmente ativos. Assim, foi fundamental acelerar a digitalização de processos e serviços, para que os mesmos se tornassem acessíveis, não apenas fisicamente. A digitalização foi um fator que permitiu à biblioteca da FCM destacar-se não apenas para o funcionamento organizacional, como continuar a prestar apoio aos seus utilizadores apesar das limitações físicas.

## Fontes de Informação

Acervos documentais da Fundação Cupertino de Miranda de Mário Cesariny e Artur do Cruzeiro Seixas.

Ávila, Liliana de Fátima Luís. 2012. Desmaterialização de processos com recurso a tecnologias open-source. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/9921>.

Biblioteca Nacional de Portugal. s.d. “Biblioteca Nacional Digital (BND)”. Acedido em 22 de setembro de 2019. <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/sobre/>.

Castells, Manuel. 2007. *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cuadrado, Perfecto E. 1998. *Única real tradição viva: antologia da poesia surrealista portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.

DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação. “Memória orgânica”. Acedido a 18 de agosto de 2019. <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1648-investigar/deltci-dicionario-eletronico-terminologia-ci>.

DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação. “Preservação”. Acedido a 18 de agosto de 2019. <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1753>.

DeltCI, Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação. “Documento”. Acedido a 18 de agosto de 2019. <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1708>.

Direção Regional de Cultura Norte (DRCN). 2018. *Património cultural*. Acedido em 9 de setembro de 2018. <http://culturanorte.gov.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>.

Faria, Maria Isabel e Maria da Graça Pericão. 2008. *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina.

Fentress, James e Chris Wickham. 1992. *Memória social*. Lisboa: Teorema.

Fundação Cupertino de Miranda. 2018. “Acervos”. Acedido a 8 de fevereiro de 2018. <https://www.cupertino.pt/biblioteca/acervos/>.

Fundação Cupertino de Miranda. 2018. “História”. Acedido a 8 de fevereiro de 2018. <https://www.cupertino.pt/fundacao-cupertino-de-miranda/fundacao/historia/>.

Fundação Mário Soares. s.d. “Casa Comum”. Acedido em 22 de setembro de 2019. <http://casacomum.org/cc/projeto>.

IAN/TT, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. 1998. *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa: IAN/TT.

IFLA. 2014. “Diretrizes para planeamento de digitalização de livros raros e coleções especiais”. Acedido em 23 de julho de 2019. <https://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/guidelines-for-planning-digitization-pt.pdf>.

Marinho, Maria de Fátima. 1986. O surrealismo em Portugal e a obra de Mário Cesariny de Vasconcelos. Tese de Doutoramento. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10888>.

Mind. s.d. “Porbase 5”. Acedido em 17 de julho de 2021. [https://porbase5.mind.pt/sistema\\_pb5/objectivos.html](https://porbase5.mind.pt/sistema_pb5/objectivos.html).

Morin, Edgar. 2003. *O método V: a humanidade da humanidade: a identidade humana*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Pinto, Maria Manuela. 2009. *Preservmap: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: Afrontamento.

Santos, Plácida, Ana Carolina Simionato Arakaki e Felipe Arakaki. 2014. Definição de metadados para recursos informacionais: apresentação da metodologia BEAM. *Informação & Informação* 19(1) 146-163: [10.5433/1981-8920.2014v19n1p146](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p146).

Silva, Armando Malheiro da. 2006. *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento.

Soares, Maria Filipa Reis. 2017. Património digital, hoje: uma abordagem em ambiente museológico. O museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/15616>.

Tchen, Adelaide Ginga. 2001. *A aventura surrealista: o movimento em Portugal do casulo à transfiguração*. Lisboa: Colibri.

UNESCO. 1992. “Programa Memória do Mundo”. Acedido em 23 de julho de 2019. <https://en.unesco.org/programme/mow>.

UNESCO. 2001. “Programa Informação para todos” Acedido em 23 de julho de 2019. <https://en.unesco.org/programme/ifap>.

UNESCO. 2003. “Carta para a preservação digital” Acedido em 8 de fevereiro de 2018. [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=17721&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

UNESCO. 2003. “Guidelines for the preservation of digital heritage”. Acedido em 8 de fevereiro de 2018. <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/guidelines-for-the-preservation-of-digital-heritage/>.

União Europeia. 2014. “Agenda digital para Europa”. Acedido em 23 de julho de 2019. [https://europa.eu/european-union/file/agenda-digital-para-europa\\_pt](https://europa.eu/european-union/file/agenda-digital-para-europa_pt).

União Europeia. 2018. “Ano europeu do património cultural 2018”. Acedido a 18 de agosto de 2019. <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/ano-europeu-do-patrimonio-cultural/>.

Universidade de Coimbra. s.d. “Alma Mater”. Acedido em 22 de setembro de 2019. <https://www.uc.pt/sibuc/almamater>.

Your Europe. s.d. “Proteção com direito *sui generis*”. Acedido em 22 de setembro de 2019. [https://europa.eu/youreurope/business/running-business/intellectual-property/database-protection/index\\_pt.htm](https://europa.eu/youreurope/business/running-business/intellectual-property/database-protection/index_pt.htm).